

Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal

Ação de Formação Contínua Tipo A

Lisboa • 4 de maio de 2018 • Lisboa - Montepio Geral, Auditório

Destinatários: Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público.

- Objetivos:**
- Conhecer a importância das diretivas de garantias processuais da UE, os respetivos fundamentos, fins e relação com o princípio do reconhecimento mútuo.
 - Reconhecer a força jurídica das diretivas.
 - Focar alguns dos aspetos mais importantes das garantias processuais cujo prazo de transposição já findou.
 - Recordar alguns aspetos importantes do princípio do reconhecimento mútuo.
 - Recordar alguns aspetos essenciais do pedido de reenvio prejudicial e reconhecer a importância crescente deste mecanismo no domínio do direito processual penal.

GARANTIAS PROCESSUAIS E A UNIÃO EUROPEIA E QUESTÕES CONEXAS

Manhã

- 09h30** Abertura
Direção do Centro de Estudos Judiciários
- 09h45** Garantias Processuais e a União Europeia, em especial, a Diretiva 2012/13/UE relativa ao direito à informação em processo penal e Diretiva (UE) 2016/343 relativa ao reforço de certos aspetos da presunção de inocência e do direito de comparecer em julgamento em processo penal
Alexandre Au-Yong Oliveira, juiz de direito e docente do CEJ
- 10h40** Garantias Processuais e a União Europeia, em especial, a Diretiva 2010/64/UE relativa ao direito à interpretação e tradução em processo penal e Diretiva 2013/48/UE relativa ao direito de acesso a um advogado em processo penal e nos processos de execução de mandados de detenção europeus, e ao direito de informar um terceiro aquando da privação de liberdade e de comunicar, numa situação de privação de liberdade, com terceiros e com as autoridades consulares
Vânia Costa Ramos, advogada e Investigadora do CIDPCC (Centro de Investigação de Direito Penal e Ciências Criminais)
- 11h30** Debate
Moderação: Luís Silva Pereira, Procurador-Geral Adjunto e Diretor-adjunto do CEJ
- 11h45** Pausa
- 12h00** Princípio do reconhecimento mútuo: implicações processuais
José Luís Lopes da Mota, Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça

formacao-def@mail.cej.mj.pt

Tarde

- 14h30** Reenvio Prejudicial: algumas questões
Francisco Pereira Coutinho, Professor da Universidade Nova de Lisboa
- 15h30** Debate
Moderação: Luís Silva Pereira, Procurador-Geral Adjunto e Diretor-adjunto do CEJ